



OS MEDIA E A GUERRA: **COBERTURA MEDIÁTICA E DESINFORMAÇÃO** **EM TEMPOS DE CONFLITO**

Patrícia Silveira | Clarisse Pessôa | Simone Petrella



MEDIA E GUERRA



EDITORS

Patrícia Silveira
Clarisse Pessôa
Simone Petrella

IADE EDITION COORDINATION

Patrícia Silveira

DESIGN COORDINATION

Alexandre Magalhães (STUDIO LAB)

COVER AND EDITORIAL DESIGN

Diogo Ferreira
Maria Beatriz Fonseca

PROPERTY

IADE - Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação

Este livro foi objeto de avaliação científica

ISBN: 978-989-35792-2-0 (PDF)

1ª edição: junho de 2025



Esta obra integra o Projeto de I&D MeInWar: Estudo sobre os media e as representações sociais acerca do conflito Russo-Ucraniano (2023-2025), financiado pela Universidade Europeia.

ÍNDICE

PREFÁCIO	6
Luís Pereira	
NOTA DA DIREÇÃO DO IADE	8
Carlos Rosa	
INTRODUÇÃO	10
Patrícia Silveira	
Clarisse Pessôa	
Simone Petrella	
01 – O ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS NO PROCESSO NOTICIOSO – ESTUDO DE CASO THE GUARDIAN	15
Adelino Cunha	
02 – A LITERACIA COMO RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO	37
Fernanda Bonacho	
Joana Pontes	
03 – OS MÉDIA DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE CONSCIENCIALIZAÇÃO: O INSTAGRAM COMO PALCO DA INVASÃO DA UCRÂNIA	54
Joana Ramalho	
Joana Pedralva Graça	

02

A LITERACIA COMO
RESISTÊNCIA À
DESINFORMAÇÃO

A LITERACIA COMO RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO

Fernanda Bonacho

Joana Pontes

RESUMO

O presente artigo trata a importância da resistência leitora e literacia mediática no contexto da sociedade informacional atual e destaca a necessidade de uma leitura crítica e consciente diante das transformações na escrita e na comunicação. A resistência leitora é interpretada como uma prática prudente e questionadora que não decodifica apenas textos, mas também constrói significados a partir das experiências humanas acumuladas, ampliando a compreensão e a comunicação. A literacia confere poder sobre si mesmo, sobre a aprendizagem, a participação na sociedade e a compreensão do mundo. Ao longo da história, a escrita esteve ligada ao poder, mas o seu acesso só se democratizou com o tempo, impulsionando ações coletivas e a expansão do conhecimento. Contudo, a forma como a escrita e a leitura evoluíram exige capacidades para selecionar e interpretar informações num ambiente informacional que, muitas vezes, perpetua visões distorcidas e polarizadas da realidade. Impõe-se uma adaptação contínua e um desenvolvimento progressivo das habilidades cognitivas e sensoriais, que são indispensáveis para navegar no influxo avassalador de informações. O artigo defende uma aposta na literacia para toda a vida como meio de fomentar uma participação informada e ativa na sociedade, que permita aos indivíduos participarem criticamente e contribuírem para o panorama mediático pelo interesse do bem comum.

PALAVRAS-CHAVE

literacia, desinformação, literacia mediática, comunicação, leitura.

INTRODUÇÃO

Segundo Jean Foucambert, o poder da literacia e da leitura depende da própria natureza da escrita na sua exigência de questionamento, isto é, trata-se de um poder sobre si mesmo, de se conhecer, de se compreender e de se situar; o poder sobre a maneira de aprender, sobre a gestão de tempo e espaço; o poder de participar na vida, nas decisões, nos projetos de diferentes origens; o poder sobre o mundo físico e social para o compreender, transformando-o e agindo sobre ele através da produção e criação de algo diferente, porque individualizado (Foucambert, 1994:34).

Estamos perante a literacia como motor de cidadania, emergência social, a qual tem sido atribuída, muitas vezes, de uma forma errada, segundo o autor de “A Leitura em Questão”, exclusivamente à alfabetização e à escola (Foucambert, 1994:33). Como se sabe hoje, não há uma correspondência integral entre a instrução formal e o nível de literacia de uma população. O processo é dinâmico, praticável, porque centrado na utilização de competências que levam a um conhecimento em permanente evolução. Desde que a escrita foi inventada (desde logo e provavelmente para permitir os registos comerciais e de carácter diplomático pelos senhores dos impérios) sempre esteve, de alguma forma, associada ao poder. O alfabeto foi um instrumento quase exclusivo dos escribas das classes dominantes (reis, faraós, etc.) durante séculos. Depois, uma elite de escribas e copistas do clero para fugir ao tédio ocuparam o scriptorium de cada mosteiro e, como “estímulo intelectual”, fabricaram durante séculos luxuosos manuscritos, acabando por preservar a cultura ocidental (Riché, 2006). Entretanto, o aparecimento da imprensa possibilitou às populações a alfabetização e, como consequência, a expansão do seu raciocínio. A partir do renascimento,

num tempo de crescente privatização do espaço social e de aumento da burocracia, foi exigindo aos cidadãos o cumprimento de um conjunto de obrigações dependentes da competência gráfica. E assim se tornou necessário aprender a ler e a escrever, sobretudo para a maioria da população que tradicionalmente havia estado afastada das letras. Era preciso dar conta e resolver certos aspetos dos espaços públicos e privados em que o sujeito se movia. Novas formas de ação coletiva emergiram então em algumas populações alfabetizadas. A Reforma protestante, as revoluções constitucionais e o método científico foram meios de criação de conhecimento coletivo e surgiram de a capacidade das sociedades organizadas partilharem esse processo de conhecimento e pensamento. Uma economia global também começou a surgir: os mercados ganharam vida, embora mantendo a história e a memória das praças; o capitalismo, por outro lado, com 500 anos, precisou da ajuda de empresas acionistas para partilhar riscos e juros de moeda apoiada por governos e redes de companhias de seguros. E tudo baseado na escrita.

O que se testemunha hoje é uma aceleração de uma tendência que está a ser construída há séculos: enquanto os meios de comunicação se desenvolvem e as redes sociais aceleram o fluxo de informação, as nossas capacidades cognitivas e sociais sofrem e reclamam alterações desses mesmos meios. As velhas tendências adquirem e contrariam desvios e os indivíduos tornam-se outros. Facto é que através dos tempos, o número de pessoas que participam no espaço público através da escrita e leitura tem aumentado, passando de uma elite para uma quantidade significativa de pessoas; ao mesmo tempo, os instrumentos disponíveis são cada vez mais (agressivamente) ubíquos e (potencialmente) poderosos.

LITERACIA

Desde há muito tempo que a literacia deixou de se confinar ao domínio restrito das competências ditas transversais, aquelas corpora de competências que é instrumental a todas as demais aprendizagens: ler, escrever e contar. Relacionar-se com os outros, viver em sociedade, perceber as leis que regem o mundo físico e a natureza, compreender o valor da beleza e a dimensão estética da vida fazem parte de uma literacia que ultrapassa os meros conteúdos técnicos ou curriculares e abraça referenciais axiológicos – pessoais e sociais – que determinam a noção do esforço e a primazia da responsabilidade pessoal. Alberto Manguel lembra a força da literacia da leitura do mundo ao sublinhar a importância da presença de histórias nas nossas vidas:

“Somos animais leitores. Viemos ao mundo com uma certa consciência de nós próprios e do que nos rodeia e temos a impressão de que tudo nos conta histórias: a paisagem, o rosto dos outros, o céu, em tudo encontramos linguagem. Tentamos desentranhá-la, tentamos lê-la. Nesse sentido, não podemos existir enquanto seres humanos sem a leitura. Inventámos a linguagem escrita, a linguagem oral, para tentarmos comunicar essa experiência do mundo, para nos contarmos histórias e através delas, falar dessa experiência” (Manguel, 2010).

Em tempos de conflito, num tempo de sobrecarga de informação e verborreia omnipresente, essa experiência de leitura pode ser até frustrante e motivo de desorientação se o cidadão for confrontado com um excedente de informação contraditória que não sabe compreender, ou contextualizar de forma integrada. Enfrentam-se desafios únicos com o progresso das

novas tecnologias e especialistas em todo o mundo discutem o forte impacto que as redes sociais têm, por exemplo, no espaço público mediático e democrático. A inteligência artificial (IA) generativa descreve algoritmos (como o ChatGPT) que podem ser utilizados para criar conteúdos, incluindo áudio, código, imagens, texto, simulações e vídeos. As recentes descobertas neste domínio têm o potencial de alterar drasticamente a forma como as histórias do mundo são contadas e a maneira como as lemos. A presença dos algoritmos, as operações de propaganda e as mudanças culturais alteram a forma como as pessoas se relacionam com a informação e colocam desafios complexos à utilização e à leitura crítica dos média. As novas redes, plataformas e ferramentas digitais vieram colocar em evidência a necessidade prioritária da literacia mediática de todos os cidadãos, de forma a atenuar os riscos crescentes de conflitos e guerras e novas formas de exclusão.

Vivemos hoje uma situação que obriga o cidadão a viver a linguagem como um desafio constante à sua literacia. Condição básica para a reflexividade, viver a literacia significa ter presente a importância do entendimento da complexidade do mundo e da não-linearidade dos discursos, tendo consciência de que as narrativas se alteraram e que as referências que utilizamos não chegam para explicar a performatividade que os textos acolhem. A lógica da escrita e da leitura é outra e este novo espaço narrativo digital obriga a um grau mínimo de literacia mediática, que reconhece a linguagem como um verdadeiro organismo, ou “objeto vivo”, com todas as suas idiossincrasias (Pinto, 2009:52).

O saber-decifrar não é suficiente para o nível da literacia imposto pela sociedade contemporânea, e o saber-ler não deve ser confundido com o saber-decifrar. Ler significa muito mais do que decodificar porque não significa apenas fazer a versão oral do que está escrito; ler significa ser questionado pelos próprios acontecimentos, pelo mundo e por si mesmo, significa buscar respostas e dúvidas que podem ser encontradas em qualquer discurso ou narrativa; ler envolve um processo de

interação entre o texto e o leitor, na medida em que implica construir sentidos que pressupõem conhecimentos prévios. Por não se tratar de uma descodificação simples, a leitura do mundo de hoje impõe à sociedade e ao ensino a urgência de um leitor exigente e capaz de atender ao desafio de incorporar os princípios das novas culturas da textualidade. Essa recontextualização implica, fundamentalmente, uma atenção às novas possibilidades de formas de produção escrita, mas, sobretudo, à relação com a criação da narrativa digital.

Os textos deixam à leitura a função mais ou menos aprazível de descobrir realidades ou ficções explícitas ou implícitas. A narrativa contemporânea está em constante transformação, abrindo espaço para que os textos sejam reconfigurados e manipulados como matéria-prima flexível e aberta na sua hipertextualidade. Essa flexibilidade e hipertextualidade transforma os textos em objetos editáveis e combináveis, prontos para serem explorados, analisados e reinterpretados de várias formas. Esta disposição coloca os textos como elementos livres para serem dissecados, pesquisados, alterados, traduzidos e inventados.

DESINFORMAÇÃO

Neste contexto de múltiplas possibilidades, a construção de uma narrativa desinformada sobre a realidade passa a depender de uma intersecção de interesses diversos. Por exemplo, considerando a ruidosa disseminação de informações em épocas de conflito, onde a manipulação de textos e imagens é comum, a construção de uma determinada narrativa é muitas vezes impulsionada por interesses políticos, económicos, ideológicos, para lá de individuais. A capacidade de reconfigurar e manipular textos torna-se uma ferramenta poderosa para moldar perceções e influenciar opiniões. Além disso, a narrativa é alimentada pela fragmentação dos conteúdos e pela facilidade com que as informações daí extraídas são partilhadas nas redes sociais e na internet em geral. Assim, acabamos a debater “o esbatimento entre o factual e o ficcional, identificando os procedimentos metalépticos que convencionam a categorização de uma narrativa como “natural” ou ficcionada” (da Silva et al, 2022:10). A memória de uma “leitura estabilizada” perdeu-se e transformou-se, então, numa prática sempre “em movimento”, em que a “experiência propõe micronarrativas locais, imersivas, indagando o sensível (o interior, o sonho, os silêncios)” (ibidem).

Cria-se um ambiente propício para a propagação de narrativas distorcidas ou falsas, muitas vezes com objetivos específicos e claros para manipular a opinião pública, influenciar resultados eleitorais, desacreditar instituições ou promover agendas ocultas. Ou seja, a narrativa mediática contemporânea está intrinsecamente ligada à capacidade de reconfiguração e manipulação dos textos, o que pode enriquecer o discurso, mas também torná-lo vulnerável a interesses diversos, incluindo os da desinformação.

RESISTÊNCIA LEITORA

Exige-se para esta situação uma prática de leitura consciente, como experiência criteriosa, uma experiência prudente, através de um questionamento constante em relação ao objeto narrativo que não tolera a amputação de nenhum dos seus pressupostos e se constitui assim como um ato poderoso. E se saber ler o mundo é poder criar significados para as experiências acumuladas pela humanidade, ter essa competência confere sempre o poder de ampliar a visão do que está, de facto, a acontecer, desenvolver a compreensão, a comunicação e o sentido crítico. Ao sermos colocados em contacto com um mundo simbólico e abstrato através da informação disponibilizada abre-se a possibilidade de viver realidades diversas. Ao criar um sentido para esses dados, a leitura é, aqui, a condição e a chave para a cidadania, tendo o poder de transformar o indivíduo e de transformar a própria realidade circundante.

Numa era em que a escrita se *metamorfisa*, ler o que se passa à nossa volta implica saber seleccionar, adotar e entender as idiossincrasias da comunicação para assim evitar o alheamento social, económico e cultural. A criação de *nichos*, bolhas informacionais ou *echo chambers* no nosso espaço mediático, por exemplo, ilustram o “privilégio” de quem reclama para o seu grupo e para os outros conhecer, aceder, ler e compreender a informação da forma certa, mesmo que essa forma coloque o mundo numa forma distorcida. Quando os indivíduos se enclausuram nos seus próprios nichos informativos, eles tendem a consumir conteúdo que confirma as suas próprias crenças e visões de mundo, enquanto ignoram ou rejeitam informações que entram em conflito com as suas ideias preexistentes. Isto limita não só a sua compreensão do mundo, mas também perpetua a polarização, a radicalização e a divisão social, já que diferentes grupos vivem em realidades

quase paralelas, cada um com sua própria versão da verdade. Esta dinâmica cria uma espécie de “privilegio informacional”, onde aqueles que estão dentro dessas bolhas e as controlam têm o poder de definir a narrativa e impor as suas interpretações aos outros. Estes podem moldar a percepção pública e influenciar os debates sociais, e são, muitas vezes, capazes de conscientemente promover uma visão distorcida da realidade que favorece os seus próprios interesses ou agendas. Além disso, esta tendência de se fechar em bolhas informativas pode levar à adoção de visões simplistas e até falsas do mundo, como a ideia de que o mundo é plano, segundo algumas comunidades. Isto ocorre porque, dentro dessas bolhas, as informações são filtradas e distorcidas para se encaixarem numa narrativa específica, mesmo que essa narrativa contradiga factos científicos ou evidências sólidas.

LITERACIA MEDIÁTICA

É com base numa posição valorizada do cidadão leitor que a questão da literacia mediática se caracteriza como uma experiência de poder ampliada por múltiplas competências. Os modelos internacionais como o da Unesco (2021), do Conselho da Europa (2019a, 2019b), ou da OCDE (2018, 2020), que procuram uma definição para o conceito de literacia mediática proposta por diversos especialistas (Hobbs, 2010, 2015; Potter, 2022; Wuyckens et al, 2021), e as iniciativas e projetos já desenvolvidas nesta área em Portugal, por exemplo, (Cardoso et al., 2023) e no resto do mundo (Lessenski,2023), testemunham a necessidade de ser capaz de aceder, interpretar e refletir sobre a informação disponível. A literacia mediática é considerada uma competência essencial para os que pretendem ser capazes de participar plenamente em sociedade. O nível de litera-

cia da leitura será, de um modo geral e de acordo com esta perspectiva, o fator determinante para o estatuto do indivíduo enquanto cidadão consciente, que se constrói de forma progressiva. O que significa também dizer que a literacia, além de ser uma questão de aquisição de competências transversais, é cada vez mais também uma questão de estatuto e de poder. Aqueles que conseguem utilizar de forma eficaz as suas competências associam-se a causas políticas e sociais, ampliando a sua capacidade para reivindicar de forma precisa e consciente.

A inteligência artificial criada pelas novas tecnologias e disseminada pelas plataformas digitais desafia, e convoca, simultaneamente, vários conceitos narrativos e comunicacionais. As questões das narrativas digitais produzidas de forma automática complicaram o percurso informacional, particularmente, devido à ausência de transparência e conhecimento do sistema algorítmico. Ao contrário da associação original ao texto/meio escrito, a literacia hoje alerta para uma complexidade de meios e processos, com desafios de diversas dimensões implicadas no desenvolvimento do conteúdo narrativo: utiliza-se vídeo e áudio para criar conteúdo que amplifica e altera a experiência de leitura do mundo - que pode nem ser real; utilizam-se computadores e aplicações para partilhar informação que consegue simular dados e fabricar emoções; e de igual modo, encontram-se respostas rápidas e fáceis através de fontes muito disponíveis e, não poucas vezes, anónimas, de quem diz saber o que muitas vezes ignora.

É evidente que para adequar uma política de literacia a este tipo de desafios informacionais é preciso conseguir dotar os indivíduos de autonomia e espírito crítico para que consigam distanciar criticamente a sua leitura e tirar partido das potencialidades dos diferentes contextos em que estão inseridos. Em 2001, Henry Jenkins identificou os media como o espaço ideal para sintetizar uma ideia de envolvimento social, ao apontar aí a existência d

COLABORAÇÃO E PARTILHA

Neste sentido, segundo Howard Rheingold, a literacia devia ser sempre de cooperação, pois saber partilhar o conhecimento é uma das questões mais importantes na sociedade de hoje: “uma nova literacia de cooperação – uma capacidade criada para equilibrar o poder das redes dos grupos sociais e tecnológicos e catalisar a ação – tornar-se-á uma importante competência nas próximas décadas” (Rheingold, 2005:24). Segundo este professor da Universidade americana de Stanford, a literacia convoca também, e mais uma vez, o hábito (muito antigo) da partilha, mas hoje com outros contornos. Rheingold lembra que ao longo da história, as tecnologias (alfabetos, internet) sempre ampliaram as nossas capacidades sociais e cognitivas: na comunicação, cada vez que um meio foi inventado, a forma alterou-se, mas a importância de saber partilhar com o outro manteve-se. Ou seja, em termos comunicacionais, as competências profissionais modernas estão muito para lá das competências tecnológicas, as quais conseguem modificar as relações inter-humanas, mas não são, de todo, autossuficientes.

CONCLUSÃO

O contexto comunicacional digital obriga a um esforço redobrado relativamente à experiência empírica das nossas práticas e ao desenvolvimento progressivo das competências. Nas novas narrativas continua a não haver espaço para a iliteracia, pois quer capacidades cognitivas quer sensoriais continuam a ser convocadas. Vivemos, porém, num mundo exigente onde a quantidade de informação se amplifica de forma ruidosa e num espaço onde não se faz, muitas vezes, a distinção entre a quantidade, qualidade e potencialidade do que se lê. Desconhecemos grande parte dos novos dispositivos que utilizamos no dia a dia, mas espera-se que os utilizemos de forma inovadora, sem a devida consciência do seu alcance e poder. Para resistir à desinformação, a literacia não é algo que se aprende num dia e de uma só vez. A literacia é decisiva para o nosso bem-estar e deve ser cuidada em qualquer altura da vida. Implica competências práticas, de conhecimento e consciência do ecossistema digital e do seu funcionamento. Neste sentido, é um processo para toda a vida, uma vez que os ambientes digitais e mediáticos estão em constante evolução. Falamos de uma preocupação sobre o saber ler e querer, de facto, conhecer o mundo, na procura de uma atitude crítica de quem é capaz, não só de aceder, de interpretar e de refletir sobre a informação, mas também de participar ativa e conscientemente, ao longo da vida, na sociedade e no espaço mediático, no sentido de um bem comum.

REFERÊNCIAS

- Cardoso, G., Baldi, V. e Tomé, V. (2023). Literacia para os Media – Horizontes conceituais e mapeamento de atores e iniciativas em Portugal e no mundo. Lisboa: Obercom.
- da Silva, M. T., Baptista, C., Subtil, F., Quintanilha, T. L., & Rodríguez, A. P. (2022). Apresentação. *Media & Jornalismo: 20 anos. Media & Jornalismo*, 22(41), 9-17. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_0
- Foucambert, Jean (1994). *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Hobbs, R. (2010). *Digital and Media Literacy: A Plan of Action. A White Paper on the Digital and Media Literacy Recommendations of the Knight Commission on the Information Needs of Communities in a Democracy*. Aspen Institute.
- Hobbs, R. (2015). *Media Literacy*, in D. Mastro and J. Nussbaum (Eds.), *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. London: Oxford University Press.
- Jenkins, Henry (2001). *Convergence? I diverge*. MIT Technology Review, vol.104, June 2001. Disponível em www.technologyreview.com/advertisement.aspx?ad=biztech&id=40&redirect=%2FBiztech%2F12434%2F%3Fa%3Df.
- Lessenski, Marin (2023), *Media Literacy Index 2023 Report. "Bye, bye, birdie": Meeting the Challenges of Disinformation*. European Policies Initiative (EuPI): Open Society Institute – Sofia. Disponível em <https://osis.bg/wp-content/uploads/2023/06/MLI-report-in-English-22.06.pdf>.
- Manguel, Alberto (2010). *Estamos a destruir o valor do acto intelectual*. Ípsilon Disponível em <http://ipsilon.publico.pt/livros/texto.aspx?id=260417>.
- OCDE. (2018). *Preparing our youth for an inclusive and sustainable world - The OECD PISA global competence framework*. OECD Publishing, Paris.

- OCDE. (2020), PISA 2018 Results (Volume VI): Are Students Ready to Thrive in an Interconnected World? PISA. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/d5f68679-en>.
- Pinto, Maria Graça L. Castro (2009). *A Linguagem ao Vivo*. Duarte, Isabel Margarida, Figueiredo, Olívia, Veloso, João (Orgs.). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Potter, J. (2022). Analysis of Definitions of Media Literacy. *Journal of Media Literacy Education Pre-Prints*. Retrieved from <https://digitalcommons.uri.edu/jmle-preprints/41>
- Rheingold, Howard, Saveri, Andrea, Vian, Kathi (2005). Davis, Maureen (Ed.). *Technologies of Cooperation*. Palo Alto: Institute for the Future. Disponível em http://www.rheingold.com/cooperation/Technology_of_cooperation.pdf.
- Riché, Pierre (2006). Quando copiar era um estímulo intelectual. *História Viva*. Edição 28 fevereiro. Duetto editorial. Disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/quando__copiar__era__um__estimulo__intelectual_6.html.
- UNESCO. (2021). *Media and information literate citizens: think critically, click wisely!* Paris: UNESCO
- Wuyckens, G., Landry, N., & Fastrez, P. (2022). Untangling media literacy, information literacy, and digital literacy: a systematic meta-review of core concepts in media education. *Journal of Media Literacy Education*, 14(1), 168-182.

FERNANDA BONACHO

É doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. É Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e coordena o curso de Mestrado em Jornalismo. Faz parte do grupo de investigadores integrados do LIACOM (Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média), é colaboradora do Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA) e presidente do ICML (Instituto de Comunicação e Media de Lisboa). Os seus interesses de investigação têm-se centrado na área da literacia mediática e, em particular, na relação entre as competências transmídia, o jornalismo, a linguagem e a comunicação.

Participou em diversos projetos de investigação na área das ciências da comunicação e do jornalismo, com financiamento interno e externo ao IPL, de onde se destaca a coordenação da “Academia da Leitura do Mundo”, um projeto de investigação financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da rede das Academias Gulbenkian do Conhecimento. Participou em diversos encontros científicos a nível nacional e internacional e publicado artigos científicos e capítulos de livros na sua área de investigação. É membro do Conselho Científico-Pedagógico do Centro de Línguas e Cultura do Instituto Politécnico de Lisboa (CLIC) e membro do GILM (Grupo Informal sobre Literacia Mediática), enquanto representante da ESCS. Coordena a recente Cátedra UNESCO em Comunicação, Literacia Mediática e Cidadania do Politécnico de Lisboa/ESCS.

JOANA PONTES

Joana Pontes é licenciada em Psicologia pela Universidade de Lisboa. Fez estudos em Cinema e em Jornalismo Político tendo-se doutorado em História Contemporânea pelo ISCTE-IUL.

Recebeu o Prémio Fundação Calouste Gulbenkian de História Moderna e Contemporânea da Academia Portuguesa da História pela publicação da dissertação, Sinais de Vida, cartas de guerra 1961-1974 (Lisboa, Tinta-da-China).

Tem sido convidada, como realizadora, para apresentar e debater documentários - Centro de Estudos Portugueses (UCSB, EUA); Instituto Camões/ Univ. Santiago de Compostela (Espanha); International Doctoral Program Annenberg School of Communication (UCP, Portugal); Instituto de História Contemporânea (UNL, Portugal); Instituto Camões (Cáceres, Espanha).

Recebeu, em 2007, o Grande Prémio da Lusofonia atribuído ao documentário O Escritor Prodigioso, filme sobre a vida de Jorge de Sena. Realizou e foi co-autora do argumento da série documental Portugal, Um Retrato Social (2006) e da longa-metragem documental As Horas do Douro (2010), obra que recebeu o prémio da Sociedade Portuguesa de Autores em 2011. Em 2016 realizou para a RTP2 e foi co-autora de argumento da série documental Europa 30, tendo recebido o prémio Fernando de Sousa atribuído pela representação da Comissão Europeia em Portugal. Em 2021 estreou no DocLisboa a longa metragem documental Visões do Império, de que foi realizadora e co-autora de argumento. Recebeu o Prémio de Melhor Filme nacional no Festival de Cinema NOMA Azores e o Prémio de Melhor Filme no 39º festival Cinematográfico Internacional del Uruguay.

Dedica-se à escrita e realização de documentários, lecionando na Escola Superior de Comunicação Social em Lisboa.